

EDITORIAL

Cristina C. Pacheco e Andrea Pacheco Pacífico, co-editoras

A Revista de Estudos Internacionais da Universidade Estadual da Paraíba publica seu volume 2014.1 considerando as mais fortes preocupações da atual sociedade internacional, como a atuação dos BRICS, que foi tema do II Seminário de Relações Internacionais da Associação Brasileira de Relações Internacionais (ABRI), em agosto de 2014, na cidade de João Pessoa, após estes países (Brasil, Rússia, China, Índia e África do Sul) terem reunido-se na Sexta Cúpula do BRICS, um mês antes, em uma reunião de cúpula com países sul-americanos (i.e. Unasul). O assunto foi de tamanha importância no Brasil que diversos pesquisadores estiveram publicando sobre a temática, como cerca de metade dos artigos desta edição.

Em segundo, a temática da proteção aos direitos humanos foi trazida de forma incisiva, particularmente no tocante a garantir, a proteger e a promover os direitos dos refugiados, das mulheres e dos palestinos, além da discussão sobre o papel do Estado como ente necessário para fundamentar estes direitos em suas cartas constitucionais.

A força da temática dos direitos humanos talvez tenha sido motivada pela importância que o Brasil tem dado à alteração da Lei 6815/80 (Estatuto do Estrangeiro), ou seja, uma lei criada no auge da ditadura militar, que trata o imigrante como criminoso e que exclui a possibilidade de tratamento humanitário aos estrangeiros no Brasil, ignorando, ainda, os migrantes forçados e os refugiados; estes protegidos em legislação própria, qual seja, Lei 9474/97. Assim, a realização da I Conferência Nacional sobre Migrações e Refúgio (COMIGRAR), iniciativa governamental para ouvir atores estatais e não estatais, nacionais e internacionais, e para auxiliar o governo e criar a nova lei de imigração brasileira, trouxe a temática para a Agenda da Política Externa Brasileira, fomentando em pesquisadores nacionais o desejo e a necessidade de discutir o tema.

Saliente-se que mais variados temas aqui publicados foram submetidos a análises cuidadosas pelo sistema de avaliação dupla cega por pares. A evolução pós-soviética dos estados da Ásia central e a Intifada Palestina compartilham com os BRICS a arena dos temas atuais dessa edição. Paulo Duarte contribui mais uma vez com a Revista ao analisar as transições pós-soviéticas nas Repúblicas centro-asiáticas e, para isso, se utiliza de um rico acervo de entrevistas com importantes figuras do Cazaquistão, do Quirguistão, do Uzbequistão, do Turcomenistão e do Tajiquistão. O conflito entre Israel e Palestina e a

recente intifada se tornam objeto de análise feita a quatro mãos, por Juliana Leal e Juliana França, e tem como preocupação refletir acerca de seu potencial emancipatório.

Os BRICS são discutidos sob duas perspectivas distintas: a governança global ambiental e os migrantes soropositivos. A cooperação internacional em saúde é debatida por Moisés M. Vieira a partir dos migrantes soropositivos nos países do BRICS que possuem leis discriminatórias. Jan Marcel Lacerda e Mariana Nóbrega se voltam para o estudo dos estados que compõem o BRICS enquanto atores potenciais para o fortalecimento da governança global ambiental e a emergência de uma futura agenda sustentável comum.

No desdobramento desse conjunto, China e Brasil se tornam objeto singular de análises sobre a questão nuclear e o marco regulatório das Terras Raras brasileiras, respectivamente. David Morales e Bruna Rosalem desenvolvem reflexão sobre as razões que levaram a China a não assinar um protocolo contido no Tratado de Bangkok, que tem como principal objetivo o desarmamento nuclear, assinado em dezembro de 1995. Filipe Reis Melo e Icaro Ferreira de Lima discutem o novo marco regulatório da mineração de terras raras, que permite a implementação de indústria de grande valor agregado que utiliza esse minerais e que possibilitará o desenvolvimento da indústria nacional de defesa.

Outros temas que compõem a agenda desta edição consistem na proteção dos refugiados, nos direitos humanos internacionais e no trabalho das domésticas imigrantes em Portugal. Anna Beatriz L. Henriques discute a efetividade do Sistema Europeu Comum de Refúgio, o SECA, no tratamento dos indivíduos que fogem de seus países para algum Estado pertencente a União Europeia. Mikelli M. Ribeiro investiga a relação entre direitos humanos internacionais e sistemas políticos internos. A partir da análise da incorporação dos direitos humanos nas Constituições dos países, em particular México e Brasil, foi possível perceber que os direitos humanos têm tido significativa capacidade de constrangimento político dos Estados nacionais. O artigo de abertura, elaborado por Filipe Lins dos Santos e Gustavo Rabay Guerra, traz importante discussão acerca dos direitos humanos de grupos sociais vulneráveis inseridos no meio laboral. A vulnerabilidade é acentuada pelo fato de serem migrantes, e assim sendo, objeto de um conjunto simbólico existente no lar.

Na seção de “resenhas de livro”, as questões de paz e segurança na África são objetos de análise de Jeane Silva Freitas, a partir de um olhar crítico oferecido pela obra “A nova arquitetura africana de paz e segurança: implicações para o multilateralismo e para as relações do Brasil com a África”, escrita por Pedro Ecosteguy e publicada, em 2011, pela Fundação Alexandre de Gusmão (Brasília).